



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE - SC

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020.

O **Município de Bandeirante - SC**, a partir do Prefeito em exercício, senhor **CELSO BIEGELMEIER**, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **Pregão Presencial**, tipo **Menor Preço Por Item**, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002 e alterações posteriores, e que para tal estará recebendo até às **08h15min do dia 13 de março de 2020**, na Prefeitura Municipal de Bandeirante, junto ao Departamento de Licitações, os envelopes contendo as propostas e documentações referentes ao presente edital, cuja abertura dos envelopes será realizada no dia **13 de março de 2020** às **08h30min**, no mesmo local acima mencionado.

1 – OBJETO

O presente processo licitatório tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) E DO SISTEMA MUNICIPAL DE INSPEÇÃO (SIM), EM CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA Nº 886973/2019**, conforme características mínimas e especificações constantes no **Anexo I** do edital.

2- CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS

2.1 - Poderão participar deste pregão presencial as empresas interessadas que comprovem sua qualificação conforme indicada neste edital e com o ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

2.2 - A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste edital.

2.3 - **Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente as empresas constituídas em consórcios, pessoas físicas, e as EMPRESAS SEM CONCESSÃO DE COMERCIALIZAÇÃO FORNECIDA PELO FABRICANTE DO VEÍCULO, NOS TERMOS DO ART. 1º DA LEI 6.729/79 (LEI FERRARI) PARA ATENDIMENTO DA EXIGÊNCIA DE FORNECIMENTO DE VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO.**

03 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1 - A Proposta e os Documentos exigidos deverão ser entregues no Departamento de Licitações da Prefeitura de Bandeirante – SC, sito a Av. Santo Antônio, 1069, até as **08h15min do dia 13 de março de 2020**, em dois envelopes lacrados, denominados, respectivamente de **Envelope Nº. 01** (Proposta) e **Envelope Nº. 02** (Documentação).

3.2 - Os envelopes deverão estar lacrados e indevassáveis, constando na parte externa a seguinte inscrição:

ENVELOPE Nº. 01 – “Proposta”.

Prefeitura Municipal de Bandeirante.

PROCESSO Nº. 22/2020

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 10/2020

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE:

ENVELOPE Nº. 02 – “Documentação”.

Prefeitura Municipal de Bandeirante.

PROCESSO Nº. 22/2020



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 10/2020
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE:

04 - CREDENCIAMENTO

4.1 - **O Credenciamento dar-se-á até às 08h15min do dia 13 de março de 2020**, mediante apresentação de documentos que comprovem a existência dos necessários poderes para representar a empresa, formular propostas verbais e praticar todos os atos inerentes ao certame, acompanhado de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento e, Declaração que o licitante cumpre com os requisitos da Habilitação (Art. 4º, VII da Lei nº. 10.520/02).

4.2 - A documentação referente ao **credenciamento (anexo II)** e a **declaração dos requisitos habilitatórios (anexo V)** deverão ser apresentados **fora** dos envelopes (lei 10.520, art. 4º, parágrafo VI e VII).

4.3 - O credenciamento do representante da licitante deverá ser efetuado da seguinte forma:

4.3.1 - A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto à pregoeira, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

4.3.2 - A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

4.3.3 - **Se o credenciado for representado diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:**

- a) Cópia do respectivo estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- b) Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- c) Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- d) Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) Registro comercial, se empresa individual.

4.3.4 - **Se o credenciado for representado por procurador, deverá apresentar:**

- a) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que constem os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do código civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou;
- b) Carta de credenciamento outorgada pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: em ambos os casos acima (a e b, do item 3.3.4), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deve assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.4 - Para exercer os direitos de ofertar lances e ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.5 - **Certidão Simplificada da Junta Comercial**, declarando se é microempresa ou empresa de pequeno porte desde que a empresa queira se assegurar dos benefícios constantes da Lei Complementar Nacional nº



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

123 de 15 de dezembro de 2006, se não for este o caso está dispensada da apresentação da mesma. Em se tratando da regularidade fiscal será aplicado o art. 43 e seu § 1º, da Lei Complementar 123, para micros e pequenas empresas. Nos casos da empresa não se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte dispensa-se a apresentação desta certidão.

05 - DA PROPOSTA

5.1 - A Proposta deverá obedecer rigorosamente os termos deste Edital, não sendo considerada aquela que apresentar divergências com o objeto da licitação ou fizer referência a propostas de concorrentes, implicando na sua imediata rejeição.

5.2 - A Proposta deverá ser elaborada de acordo com as diretrizes estabelecidas neste Edital, que atendam ao objeto da licitação, seu preço unitário em algarismos.

5.3 - A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas devidamente assinada pelo representante legal da empresa, devendo constar as seguintes informações:

- a) Razão Social da empresa, endereços e nº do CNPJ da proponente;
- b) Valor Unitário por item, discriminados o valor total, em moeda corrente nacional, sendo admitidas até duas casas decimais após a vírgula.
- c) Marca do veículo cotado.
- d) descrição de todos os itens do veículo, incluindo dados originais do fabricante, comprovando que atende as exigências mínimas descritas no Anexo I – Termo de Referência.

5.4 – Apresentar catálogo do veículo cotado, contendo ficha técnica com todas as informações acerca do veículo.

5.5 – Documento indicando em qual concessionária serão realizados os serviços referentes a garantia se necessária, e revisões previstas no manual do veículo.

5.6 - Serão desclassificadas as propostas em desconformidade com as diretrizes e especificações elencadas neste Edital, ou cujos preços sejam inexequíveis ou excessivos, sendo que o valor total máximo bloqueado para a aquisição de cada item consta no item 1.3 do Anexo I – Termo de referência.

5.7 - A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes propostas. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á do dia de vencimento.

5.8 - A proposta que apresentar o preço superior ao valor unitário de cada veículo, equipamento ou material constante no item 1.3 do Anexo I do Edital, será automaticamente desclassificada do certame.

06 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - A documentação deverá ser apresentada no **ENVELOPE Nº. 02, em 01 (uma) via, original ou cópia autenticada em cartório**, ou por servidor da administração municipal designado para tal ato, devendo constar os seguintes documentos de habilitação:

6.2 - Habilitação Jurídica:

6.2.1 - Ato Constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado na junta comercial em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus atuais administradores e no caso de empresa individual, registro comercial. O contrato social deverá estar em conformidade com o novo código civil brasileiro.

6.2.2 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

6.2.3 - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal **(conforme Anexo VI)**.

6.2.4 - Declaração do proponente de que não pesa contra si, Declaração de Idoneidade em função do disposto no art. 97 da Lei Federal 8.666/93 **(conforme Anexo III)**:

6.3 - Habilitação Fiscal:

6.3.1 - Prova de regularidade para com a fazenda **nacional** (*de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união*), **estadual** e **municipal** da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;

6.3.2 - Prova de regularidade com o fundo de garantia por tempo de serviço – **FGTS**;

6.3.3 - Prova de Regularidade com os Débitos Trabalhistas – **CNDT** (Lei nº 12.440/2011).

6.3.6 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ/MF**);

6.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

6.4.1 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

PARA QUE A CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA SEJA VÁLIDA DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTAMENTE A CERTIDÃO DE REGISTROS CADASTRADOS NO SISTEMA EPROC, DISPONÍVEL NO ENDEREÇO <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>.

6.5 - Os documentos expedidos pela internet deverão ser originais, **vedada** à cópia fotostática.

6.6 - Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu certificado de registro de fornecedor, desde que seu objeto social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-la no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

6.7 - A falta de apresentação de um ou mais documentos, implicará na imediata inabilitação do licitante bem como, será considerado inabilitado o licitante que apresentar de forma incompleta, incompreensiva ou ilegível, com erros, omissões, emendas ou ressalvas quaisquer exigências contidas no item **6.2, 6.3 e 6.4**, de forma a comprometer a análise e apreciação das propostas apresentadas neste certame.

6.8 - No caso das microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43, § 1º da LC 123/06, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal (**item 6.3.1, 6.3.2 e 6.3.3**), o pregoeiro, concederá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.8.1 - A declaração do vencedor de que trata o item anterior, acontecerá no momento imediatamente posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

6.8.2 - A prorrogação do prazo previsto no item 5.9, deverá sempre ser concedida pela administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado (Dec.6.204/07, art. 4º, § 3º).

6.9 - A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado a administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

6.10 - O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro até o final da sessão, devendo a licitante retirá-lo, após o encerramento do certame, sob pena de inutilização do envelope.

07 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designado neste edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente identificados, lacrados e protocolizados, os documentos exigidos para a habilitação e as propostas.

7.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e propostas fora do prazo estabelecido neste edital.

7.3 - No curso da sessão, verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço (lei nº 10.520/02, art. 4º, Inc. VIII), assegurando a preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte conforme item “6.6.1”.

7.4 - Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.5 - No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

7.6 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos preços, ficando assegurado à preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada (art. 44, § 2º da LC 123/06 e art. 5º § 2º do Dec. 6.204/07).

7.7 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

7.8 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra a licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 6.5 e 6.6.

7.8.1 - Dada a palavra a licitante, está disporá de até **cinco minutos** para apresentar nova proposta (LC 123/06, art. 45 § 3º).

7.9 - O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.9.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (LC 123/06, art. 45, inciso I). É vedado à oferta de lance com vista ao empate.

7.10 - A diferença mínima entre cada lance, durante a fase competitiva, será estipulada pelo pregoeiro no início da sessão.

7.11 - A desistência em apresentar lance, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

7.12 - Caso não se realize lances verbais serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

7.13 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.14 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.15 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

7.15.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.15.2 - Para as demais empresas participantes que não se enquadram na lei complementar nº 123/06, a falta de apresentação de um ou mais documentos, implicará na imediata inabilitação do licitante bem como, será considerado inabilitado o licitante que apresentar de forma incompleta, incompreensiva ou ilegível, com erros, omissões, emendas ou ressalvas quaisquer exigências contidas no item anterior, de forma a comprometer a análise e apreciação das propostas apresentadas neste certame.

7.16 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

7.17 - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

7.18 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem as exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) Afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem os requisitos do item 4.
- d) Contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestadamente inexequíveis.

Observação: quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direito, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.19 - Se **todas** as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para reapresentação de outras esboçadas das causas que ensejaram a desclassificação.

7.20 - Nas situações previstas nos itens 7.12, 7.14 e 7.17, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.21 - Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 6 (*habilitação*) deste edital.

7.22 - A data a ser considerada para a análise das condições de habilitação, na hipótese de haver outras sessões, será aquela estipulada para o recebimento dos envelopes, devendo, contudo, ser sanadas, anteriormente à contratação, quaisquer irregularidades a elas referentes, que se apresentarem após aquela data.

7.23 - Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

7.24 - O uso de telefone celular durante a sessão de lances só será possível com a permissão do pregoeiro.

08 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 - O critério para julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas às especificações constantes do presente Edital.



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

09 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

9.2 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

9.3 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 - Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº. 10.520/02 e 8.666/93.

10.2 - Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, o Município de Bandeirante - SC, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta;

c) Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

10.3 - Nos termos do artigo 7º da Lei nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.5 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 - RECURSOS FINANCEIROS, ORÇAMENTÁRIOS E FORMA DE PAGAMENTO.

11.1 - O pagamento do objeto deste edital será com Recursos, vigente no Orçamento Municipal, conforme prescritos neste ato.

11.2 - Os Recursos Orçamentários serão os previstos na Lei Orçamentária em execução, vigente para o exercício de 2020 na seguinte rubrica contábil especificada a seguir:

Ano	Despesa	Recursos	Funcional/Complemento	Valor Bloqueado R\$
2020	59	1000	4.4.90.52.52	21.380,00
2020	60	1024	4.4.90.52.52	100.000,00
				Total: 121.380,00

11.3 - O pagamento será efetuado até 20º dia do mês subsequente após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da nota fiscal /fatura, em moeda corrente nacional;

11.4 - O Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante-SC não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto Licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos;



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

12 - DO REAJUSTAMENTO

12.1 - O preço apresentado pela Empresa Licitante não será reajustado.

13 – DO CONTRATO

13.1 - Homologado o certame e superadas as demais formalidades legais, o licitante vencedor será notificado para assinar o contrato conforme modelo do Anexo VII – Minuta do Contrato, o qual deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do vencedor.

13.2 - A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no item 10 do presente Edital, autorizando o órgão licitante a firmar contrato com o segundo colocado na lista de classificação, independentemente de novo aviso ao vencedor.

14 - DA RESCISÃO

14.1 - O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº. 8.666/93.

14.2 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 se sujeita à empresa contratada ao pagamento de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

15 - DA VIGÊNCIA

15.1 - O prazo de vigência do Contrato se decorrente deste procedimento licitatório, será até a data de 31 de dezembro de 2020.

16 - DA ENTREGA/FORNECIMENTO

16.1 - O veículo deverá ser entregue no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, na Prefeitura Municipal de Bandeirante, a contar da data da assinatura do contrato entre as partes.

16.2 - As despesas e a documentação com eventuais deslocamentos no ato da entrega do veículo correrão por conta da empresa vencedora.

16.3 - A empresa deverá fornecer ao objeto licitado, garantia mínima de 36 meses, independente de quilometragem, com assistência técnica em concessionária localizada a no máximo 100km de Bandeirante-SC, ou conforme termo expostos no Anexo I – Termo de Referência.

16.4 - Os serviços de revisão durante o período de garantia deverão ser realizados na concessionária, não havendo nenhum custo adicional referente à realização destes serviços, ficando a cargo do Município apenas a reposição de peças que apresentarem desgaste natural durante o período de garantia.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 - Ter o objeto licitado conforme a necessidade e a quantidade solicitada pela Prefeitura Municipal de Bandeirante pelo prazo de vigência do contrato.

17.2 – Disponibilizar o material licitado no tempo exigido para o Município de Bandeirante-SC.

17.3 – Garantir produto de qualidade e em caso de detectado problema com o mesmo a empresa deverá realizar a troca imediatamente sem ônus ao município;

17.4 - Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do fornecimento do material licitado;

17.5 - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o fornecimento do material licitado;

17.6 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários;

17.7 - Formar o quadro de pessoal necessário para a execução do objeto licitado, pagando os salários às suas exclusivas expensas;

17.8 - É da EMPRESA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre o material adquirido;



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

17.9 - É de responsabilidade da empresa vencedora a entrega do objeto licitado, vedada a subcontratação parcial ou total de outra empresa com a mesma finalidade;

18 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

18.1 - Ao MUNICÍPIO de Bandeirante-SC constituem as seguintes obrigações:

18.1.1 - Efetuar o pagamento ajustado;

18.1.2 - Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do contratado;

18.1.4 - Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 Lei 8.666/93;

18.1.5 - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - Se a empresa vencedora dentro dos prazos legais, não tiver condições para a celebração do Contrato, será adjudicada a próxima classificada no certame, desde que não seja permitida nova licitação em razão do relevante interesse público municipal.

19.2 - Os documentos necessários para a assinatura do Contrato poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, autenticados por Servidor Público Municipal.

19.3 - O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão.

19.4 - É da Proponente a responsabilidade pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto, bem como o custo para a reparação dos mesmos.

19.5 - É da proponente a obrigação do pagamento de impostos e tributos em qualquer esfera e demais, que incidirem sobre o objeto fornecido.

19.6 - As omissões do presente Edital serão preenchidas pelos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores.

19.7 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

19.8 - Após a declaração de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo Prefeito Municipal.

19.9 - Agostores informações e cópia do Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações da Municipalidade, sito á Av. Santo Antônio, s/n, fone (0xx49) 3626-0012, em horário de expediente.

19.10 - A empresa vencedora do processo Licitatório terá o prazo de 05(cinco) dias uteis para realizar a assinatura do Contrato no setor de licitações e contratos da Prefeitura Municipal de Bandeirante excluindo o dia da abertura do processo licitatório, podendo ser prorrogado por igual período.

19.10.1 - A não assinatura do contrato resultará nas medidas que estabelece o Art. 64 da lei 8.666 de 1993.

20 - Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Credenciamento;

Anexo III – Declaração de Idoneidade;

Anexo IV – Termo de Renuncia;

Anexo V - Declaração de que apresenta os requisitos habilitatórios;

Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega menor;

Anexo VII – Minuta de Contrato



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

20 - DO FORO

Todas as controvérsias ou reclamaes relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela comissão, administrativamente, ou, caso necessário, junto ao Foro da Comarca de São Miguel do Oeste – SC.

Bandeirante – SC, 28 de fevereiro de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

Nadia Dreon Farias Zanatta
Assessora Jurídica OAB/ 33.558



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

ANEXO I

PROCESSO Nº. 22/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) E DO SISTEMA MUNICIPAL DE INSPEÇÃO (SIM),

CARACTERÍSTICAS GERAIS MÍNIMAS

- Veículo utilitário, zero quilometro,
- Fabricação nacional, novo.
- Ano/modelo 2020/2020,
- Motor com potência mínima de 80 CV. 04 cilindros, 02 válvulas por cilindro, cilindrada mínima de 1350 cm³
- Combustível: Flex (álcool e gasolina),
- Ignição eletrônica
- 05 marchas á frente e uma a ré
- Tração dianteira com juntas homocinéticas
- Sistema de freio hidráulico ou superior, com comando a pedal
- Suspensão dianteira com rodas independentes
- Braços oscilantes inferiores transversais, com barra estabilizadora.
- Suspensão traseira tipo eixo rígido
- Amortecedores hidráulicos
- Telescópio de duplo efeito,
- Rodas no mínimo 14” em aço, com pneus novos, mínimo R 14,
- Grade protetora de vidro traseiro
- Capacidade de 02 passageiros,
- Carga útil mínima (com condutor) de 700 kg
- Capacidade mínima da caçamba de 900 litros,
- Tapetes
- Ar quente
- Proteção de motor

PREÇO MÁXIMO

R\$ 60.690,00 (sessenta mil seiscentos e noventa reais).



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A garantia do veículo deve ser total, com cobertura pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses e sem limite de quilometragem. O prazo será contado a partir do efetivo recebimento do veículo pelo contratante.

Assistências técnicas e de manutenção: a empresa deverá possuir ou indicar assistência técnica autorizada em concessionária localizada a no máximo 100km do município de Bandeirante.

- Durante o período de garantia, na ocorrência de problemas com o veículo ou qualquer um de seus acessórios descritos acima, deverá a contratada realizar o atendimento no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, devendo se responsabilizar e arcar com todos os custos, inclusive com transporte do veículo da sede do município até a concessionária caso seja necessário.

- As revisões periódicas previstas no manual do proprietário, deverão ser realizadas em concessionária autorizada da fabricante, a uma distância máxima de 100km do município de Bandeirante. Sendo que a CONTRATADA deverá arcar com os custos de mão de obra quando as revisões forem realizadas no período de garantia, restando ao CONTRATANTE as despesas com peças e afins.

- Caso a CONTRATADA indique empresa concessionária terceira para a prestação de serviços de garantia, assistências técnicas e revisões, deverá no ato da contratação apresentar declaração emitida pela concessionária terceira indicada de que possui sede localizada a menos de 100km do município de Bandeirante, de que é concessionária autorizada da fabricante e que prestará os serviços à CONTRATANTE com despesas a cargo da CONTRATADA nos termos deste.

- No caso da fabricante não possuir concessionária autorizada na distância máxima estabelecida por este termo, deverá a CONTRATADA coletar o veículo, transportá-lo até a concessionária para a realização dos serviços como acima descritos e devolver o veículo na sede do município de Bandeirante, sem quaisquer custos a CONTRATANTE.

OBSERVAÇÃO:

- **Proibição de participação de empresas sem a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.729/79 (Lei Ferrari), para atendimento da exigência de fornecimento de veículo novo, zero quilometro.**



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

ANEXO II

PROCESSO Nº. 22/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Bandeirante-SC, na modalidade Pregão n.º 10/2020, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em ____ de _____ 2020.

Carimbo e Assinatura do Credenciante



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

ANEXO III

PROCESSO Nº. 22/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE.

CNPJ: 01.612.528/0001-84.

AVENIDA SANTO ANTÔNIO, 1069.

CENTRO - CEP: 89.905-000

BANDEIRANTE - SC.

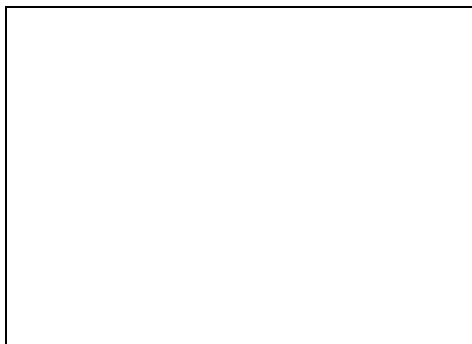
À Comissão de Licitação.

Declaramos para fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Presencial nº. 10/2020, Processo nº. 22/2020, instaurada por esse órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

....., de de 2020.

Carimbo do CNPJ



Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: _____



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

ANEXO IV

PROCESSO Nº. 22/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

TERMO DE RENÚNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE.

CNPJ: 01.612.528/0001-84.

AVENIDA SANTO ANTÔNIO, 1069.

CENTRO - CEP: 89.905-000

BANDEIRANTE - SC.

À Comissão de Licitação.

A proponente abaixo assinada, participante da licitação na modalidade de Pregão Presencial nº. 10/2020, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, obrigando a empresa que representa que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, renunciando assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório.

....., de de 2020.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: _____



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

ANEXO V

PROCESSO Nº. 22/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

Declaro para os devidos fins da licitação referente ao Pregão Presencial nº. 10/2020, que a empresa _____, tomou conhecimento de todas as normas, especificações e informações necessárias e obrigatórias para a perfeita consecução do objeto e que a mesma apresenta todos os requisitos habilitatórios exigidos no edital acima citado.

----- – SC __ de _____ de 2020.

REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo e legível: _____

Assinatura: _____



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

ANEXO VI

PROCESSO Nº. 22/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

(Razão Social da Empresa) _____, CNPJ Nº. _____, localizada a (endereço completo) _____, DECLARA, para fins do disposto no Art. 27, V, da Lei nº. 8.666/93 acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

() Sim

() Não

_____ - _____, _____ de _____ de 2020.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da Empresa.



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO Nº. .../2020
MODALIDADE: compra e venda.

Prefeitura Municipal de Bandeirante - SC
Processo nº 22/2020
Pregão Presencial nº. 10/2020 de 28 de fevereiro de 2020.
Homologado em:../...../2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.528/0001-84, com sede administrativa localizada na AVENIDA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO, CEP nº. 89905-000, nesta cidade de Bandeirante/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). CELSO BIEGELMEIER, inscrito no CPF sob o nº. 423.780.609-04, , doravante denominado simplesmente de **Contratante**.

CONTRATADA: Empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua nº. ... Cidade de, Estado de, inscrita no CNPJ sob o nº., Inscrição Estadual nº., neste ato representado por seu (Diretor/Representante legal) o Sr., brasileiro, (estado civil), CPF nº., CI nº., residente e domiciliado a Rua, nº., Bairro, cidade, Estado de, a seguir denominado de **Contratada**.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato fundamenta-se nas disposições estatuídas pelas Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/02 e LC 123/06 com suas alterações posteriores vigentes e demais legislações aplicadas, pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) E DO SISTEMA MUNICIPAL DE INSPEÇÃO (SIM), EM CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA Nº 886973/2019, conforme características e valores a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2 - Pelo fornecimento ora contratado, a **CONTRATANTE**, pagará a **CONTRATADA**, o valor de R\$......(.....), conforme valores constantes na proposta da licitante vencedora do certame, matéria vinculada a este instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: a forma de pagamento do objeto deste contrato será efetuada, pelo contratante, em depósito bancário, na conta informada pela vencedora do certame, até o 20º dia após a entrega do objeto, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, e depois de processada a respectiva despesa pelo órgão de contabilidade geral deste Ente Federado, em conformidade com o disposto na lei federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais.

2.1 - O valor cotado na proposta da vencedora do certame, não será reajustado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

3 - Os Recursos Orçamentários serão os previstos na Lei Orçamentária em execução, vigente para o exercício de 2020, na seguinte rubrica contábil:

Ano	Despesa	Recursos	Funcional/Complemento	Valor Bloqueado R\$
2020	59	1000	4.4.90.52.52	21.380,00
2020	60	1024	4.4.90.52.52	100.000,00



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

CLÁUSULA QUARTA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4 - Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula segunda e parágrafo primeiro.

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5 - A CONTRATADA obriga-se fornecer o objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório, Pregão Presencial n.º 10/2020, a qual, como todos os documentos da licitação e especificações da CONTRATANTE, passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alterações que possa comprometer a manutenção do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a municipalidade isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE ENTREGA, GARANTIA E VIGÊNCIA.

6.1 - O veículo deverá ser entregue no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, na Prefeitura Municipal de Bandeirante, a contar da data da assinatura do contrato entre as partes.

6.2 - As despesas e a documentação com eventuais deslocamentos no ato da entrega do veículo correrão por conta da empresa vencedora.

6.3 – Os serviços de garantia, assistência técnica e revisões periódicas serão realizados na concessionária autorizada de razão social _____, CNPJ n.º _____, situada à Rua _____, n.º _____, cidade de _____-____, conforme proposta da CONTRATADA

6.4 - Durante o período de garantia, na ocorrência de problemas com o veículo ou qualquer um de seus acessórios descritos acima, deverá a contratada realizar o atendimento no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, devendo se responsabilizar e arcar com todos os custos, inclusive com transporte do veículo da sede do município até a concessionária caso seja necessário.

6.5 - As revisões periódicas previstas no manual do proprietário, deverão ser realizadas na concessionária acima indicada, sendo que a CONTRATADA deverá arcar com os custos de mão de obra quando as revisões forem realizadas no período de garantia, restando ao CONTRATANTE as despesas com peças e afins.

6.6 - No caso da concessionária indicada no item 6.3 localizar-se a uma distância acima de 100km do município de Bandeirante, deverá a CONTRATADA coletar o veículo, transportá-lo até a concessionária para a realização dos serviços como acima descritos e devolver o veículo na sede do município de Bandeirante, sem quaisquer custos a CONTRATANTE.

6.5 - O prazo de vigência do Contrato se decorrente deste procedimento licitatório, será até a data de 31 de dezembro de 2020, sendo que a garantia prevista deverá vigorar pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de entrega do veículo.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADE

7 - Se a CONTRATADA descumprir as condições do pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93.

7.1 - Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do pregão e deste instrumento contratual, a municipalidade poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta;

7.2 - Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

8 - O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

8.1- Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, a empresa contratada se sujeita ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA NONA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

9 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão Presencial nº. 10/2020, obrigando-se à **CONTRATADA** em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas nas Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

11 - Fica eleito o foro da comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Bandeirante – SC, ____ / ____ / 2020.

Celso Biegelmeier
Prefeito Municipal
CONTRATANTE
TESTEMUNHAS

Empresa:.....
Responsável:
CONTRATADA

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Nadia Dreon Farias Zanatta
Assessora Jurídica OAB/SC 33.558